Nesta edição: Marília, Lupércio, Ocauçu, Alvinlândia, Ubirajara

R$ 5

O DIA

CLICHÊ 2

ANO 17
N° 5.252

11 a 17/11/2026

Investimento no aeroporto de Marília é de cerca de R$ 10 mi P8

Comissão Processante ouve vereador Féfin

A Comissão Processante n° 1/2026, da Câmara Municipal de Marília, vai ouvir o vereador Oswaldo Féfin Vanin Junior (União), nos trabalhos instrutórios, no próximo dia 23 às 9h. Sua companheira não foi arrolada por ele como testemunha

Página 2

OCAUÇU

Banco do Povo oferece crédito

Empreendedores de Ocauçu podem recorrer ao Banco do Povo Paulista para obter financiamento P7

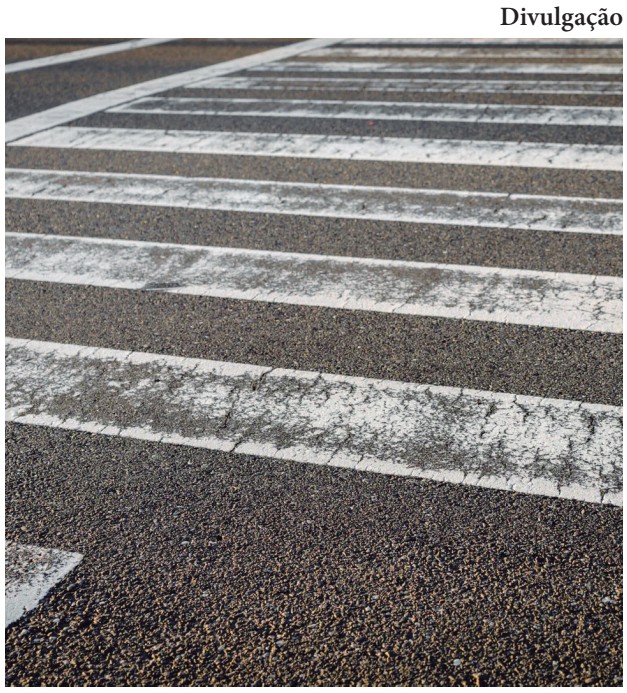
Assessoria de Imprensa



ALVINLÂNDIA

Prefeitura prevê investir R$ 101 mil em trânsito e esporte

Divulgação



Iniciativas contemplam a recuperação da sinalização das ruas e a contratação de profissional do esporte

Página 4

Audiência pública discute projeto de alteração da Lei de Zoneamento P3

Lupércio terá testes

Homens com mais de 49 anos poderão realizar testes de PSA no dia 17 de novembro em ação promovida pela Prefeitura de Lupércio

Página 6

Ubirajara muda emissão de notas fiscais para prestadores de serviços

A mudança entrou em vigor no dia 1° de novembro e encerrou a utilização do sistema municipal para a emissão de novos documentos fiscais P5

Comissão Processante ouve o vereador Oswaldo Féfin Vanin Junior no dia 23

Redação O DIA
editor@odiademarilia.com.br

A Comissão Processante nº 1/2026, da Câmara Municipal de Marília, vai ouvir o vereador Oswaldo Féfin Vanin Júnior (União), nos trabalhos instrutórios, no próximo dia 23, às 9h. Segundo a CP, a companheira do parlamentar não foi arrolada por ele como testemunha e sobre novas provas que foram incluídas no processo, o parlamentar foi intimado para responder em 15 dias úteis.

A Comissão Processante decidiu pelo prosseguimento dos trabalhos de apuração da denúncia de quebra do decoro parlamentar contra o vereador Oswaldo Féfin Vanin Junior durante sessão realizada às 15h30 desta segunda-feira (9), quando a comissão deliberou e emitiu o Parecer Inicial pelo prosseguimento dos trabalhos instrutórios, conforme o voto da relatora, a vereadora Fabiana Camarinha (PODE).

De acordo com a Comissão Processante, o rito é determinado pelo Decreto-Lei nº 201/67 e, nesse caso, o parecer pelo prosseguimento dos trabalhos não necessita de manifestação do Plenário da Câmara. Com a decisão, a comissão dará sequência ao rito processual, que prevê a realização de novas diligências e a notificação do denunciado para os atos subsequentes.

A Comissão Processante nº 1/2026 foi constituída, pelos vereadores Professora Daniela (PL), como presidente; Fabiana Camarinha (PODE), como relatora e Mauro Cruz (Solidariedade), como membro. O pedido de instauração de uma Comissão Processante contra o vereador Féfin foi protocolado no dia 20 de outubro pelo Comitê Municipal Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A denúncia pede a apuração de possível quebra de decoro parlamentar em episódio de suposta violência física contra a companheira, após a divulgação de um vídeo nas redes sociais em que o vereador aparece imobilizando a mulher no chão de uma residência. Conforme o relato reproduzido na denúncia, a mulher reclama de sufocamento e dor no braço e pede para ser solta. O documento solicita que o mandato seja cassado caso a infração seja comprovada.

Uma das medidas da CP foi solicitar a quebra do sigilo telefônico do vereador e de sua companheira. O pedido foi apresentado no dia 27 de outubro, durante a primeira reunião da comissão na Câmara de Marília. A comissão tem prazo de até 90 dias para concluir o processo, que segue as regras do Decreto-Lei 201/1967.



Prefeitura decide romper com empresa de ônibus após paralisação

Redação O DIA

O prefeito de Marília, Vinicius Camarinha, determinou na manhã desta terça-feira (10) que o gabinete inicie o rompimento do contrato com a empresa Grande Marília. A decisão ocorre no dia em que o transporte coletivo foi paralisado, depois que motoristas da empresa interromperam a operação.

Segundo a Emdurb (Empresa Municipal de Mobilidade Urbana de Marília), havia um acordo entre sindicato, motoristas e Grande Marília, com participação da Emdurb, sobre o pagamento da PLR (Participação nos Lucros e Resultados). O valor costuma ser pago em 30 de outubro, mas neste ano as partes validaram a data de 30 de novembro. Mesmo assim, os motoristas decidiram parar. "Pegar a população e a administração de surpresa nós não vamos admitir", disse o prefeito.

Solução Emergencial/Para evitar a interrupção do serviço, a Emdurb pediu à AMTU (Associação Mariliense de Transporte Urbano) que a empresa Sorriso, que já opera na região Sul, atenda também a região Norte em caráter emergencial. O presidente da Emdurb, Paulo Alves, negocia com a empresa para garantir o atendimento à população.

Novo Plano/Camarinha disse que a prefeitura prepara uma transformação no transporte público, com um plano de mobilidade urbana. "Estamos exigindo desde o começo do ano que as empresas façam as melhorias necessárias", afirmou. Entre elas, citou mais ônibus, mais horários, ar-condicionado, wi-fi e outras tecnologias presentes em grandes cidades.

Ao jornal **O DIA**, a AMTU informou "que as questões relacionadas à paralisação já estão sendo tratadas diretamente pela empresa responsável pelo transporte coletivo. Nossa agência de comunicação também está acompanhando o assunto de perto, com extrema atenção e cuidado."

Audiência Pública discute projeto de alteração da Lei de Zoneamento

Redação O DIA
editor@odiademarilia.com.br

A Câmara de Marília realiza no próximo dia 17, a partir das 18h30, audiência pública para debate sobre os Projetos de Lei 169/2026 e 171/2026, de iniciativa da prefeitura. Uma das propostas altera a Lei de Zoneamento e Uso do Solo e a outra define imóvel do município como área de expansão urbana. Conforme o Edital 21/2026, assinado pelo presidente do Legislativo, o vereador Danilo Bigeschi, o Danilo da Saúde (PSDB), estão convocadas a participar a população e entidades civis e de classe. A audiência terá duração máxima de duas horas e vai ocorrer no Plenário da Câmara.

Durante a audiência será debatido o Projeto de Lei 169/2026 e respectivo substitutivo. A proposta modifica a Lei 4.455/1998 (Lei de Zoneamento e Uso do Solo), incluindo na Zona Especial de Corredores 4 as áreas lindeiras à SP-333 (Rodovia Rachid Rayes) interligadas pelo dispositivo viário localizado no quilômetro 337 mais 500 metros, lado leste. Segundo a prefeitura, a medida fundamenta-se na localização estratégica dessas áreas, que têm conexão direta com importante rodovia regional e desempenham papel relevante na articulação entre a malha urbana municipal e o sistema de circulação rodoviária.

O município ressalta ainda que há manifestação de interesse de instalação de empreendimento na região, consistente na construção de galpão logístico, em área privada, com investimento privado superior a R$ 280 milhões e geração de mais de 1 mil empregos diretos e indiretos. A documentação referente ao projeto pode ser consultada no site da Câmara (https://sapl.marilia.sp.leg.br/@@pasta_digital?cod_materia=194537&action=pasta).

O outro projeto que será debatido na audiência é o 171/2026, que dispõe sobre a inclusão de imóvel no perímetro urbano do município, de propriedade da Fumares (Fundação Mariliense de Recuperação Social), definindo a área como de expansão urbana. A prefeitura explica que a proposta constitui providência necessária para viabilizar sua regularização perante o Cartório de Registro de Imóveis, possibilitando a adoção das medidas registrais pertinentes, inclusive a abertura de matrícula própria, e, consequentemente, a formalização da reversão patrimonial do bem em favor do município. A documentação referente ao projeto encontra-se disponível no link https://sapl.marilia.sp.leg.br/@@pasta_digital?cod_materia=194539&action=pasta.

Na audiência está garantida a participação popular com perguntas e sugestões, presencialmente ou através do e-mail camara@camar.sp.gov.br, que poderão ser encaminhadas até o horário de início dos debates.

QUINTANA
UMA JOIA DE CIDADE!

LISTA TELEFÔNICA
REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE QUINTANA

PREFEITURA | (14) 3197-5520

SAÚDE

LOCAL	NÚMERO
EMERGÊNCIA	(14) 3197-5500
CASA DE APOIO	(14) 3197-5512
CEO	(14) 3197-5511
DIRETORIA DE SAÚDE	(14) 3197-5510
FARMÁCIA	(14) 3197-5506
FISIOTERAPIA	(14) 3197-5507
LABORATÓRIO	(14) 3197-5508
SANTA CASA	(14) 3197-5505
TRANSPORTES SAÚDE	(14) 3197-5504
USF I	(14) 3197-5501
USF II	(14) 3197-5502
USF III	(14) 3197-5503
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	(14) 3197-5509

EDUCAÇÃO

LOCAL	NÚMERO
CEMEI JOSÉ MARIO	(14) 3197-5547
CEMEI OROFRE	(14) 3197-5550
COZINHA PILOTO	(14) 3197-5546
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO	(14) 3197-5551
EMEF NEIDE	(14) 3197-5549
EMEF SOMMERHAUZER	(14) 3197-5552
TRANSPORTES EDUCAÇÃO	(14) 3197-5553

SOCIAL

LOCAL	NÚMERO
CONSELHO TUTELAR	(14) 3197-5516
CRAS	(14) 3197-5542
POUPATEMPO	(14) 3197-5543
PROMOÇÃO SOCIAL	(14) 3197-5544

DEMAIS SECRETARIAS

LOCAL	NÚMERO
AGRICULTURA	(14) 3197-5515
ESPORTES	(14) 3197-5517
MEIO AMBIENTE	(14) 3197-5518
SEGURANÇA	(14) 3197-5519

QUINTANA UMA JOIA DE CIDADE! SECOM SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO
QUINTANA UMA JOIA DE CIDADE! DMTI DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Valor da publicação: R$ 28,00.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

VOCÊ SABIA?

Todas as pessoas com **Transtorno do Espectro Autista** tem prioridade no atendimento?

1 Atendimento prioritário em serviços públicos, privados e transportes.

Reserva de assento em transporte coletivo.

Atendimento imediato, após quem já está sendo atendido.

Lei Federal nº 14.626/2023

cidade de POMPEIA GOVERNO 2025/2028 Pompeia para todos!
AMAI
DHS Pompeia para todos!

Alvinlândia prevê investir R$ 101 mil em serviços de trânsito e de esporte

Redação O DIA
editor@odiademarilia.com.br

A Prefeitura de Alvinlândia abriu dois procedimentos para contratação de serviços que, juntos, representam um investimento estimado em R$ 101,7 mil. As iniciativas contemplam a recuperação da sinalização horizontal das ruas e a contratação de profissional para treinamento de futsal e atletismo destinado a crianças e adolescentes. Embora atendam a áreas diferentes da administração municipal, as propostas envolvem tanto a organização da infraestrutura urbana quanto a ampliação das atividades esportivas oferecidas à população.

O maior investimento está previsto no processo licitatório nº 86/2026, que tem valor estimado de R$ 60.577,95 e prevê a contratação de empresa especializada para execução de pintura geral de faixas e sinalização viária nas ruas do município. O projeto abrange uma área de 5.433 metros quadrados, com custo médio estimado de R$ 11,15 por metro quadrado, referente à mão de obra.

A contratação não se limita à pintura de faixas de trânsito. O serviço envolve a manutenção e a revitalização das demarcações horizontais existentes nas vias, elementos importantes para orientar motoristas e pedestres, organizar a circulação de veículos e indicar os espaços destinados à travessia e à circulação. A recuperação dessas marcações contribui para melhorar a visibilidade da sinalização e reforçar a segurança viária, principalmente em locais de maior movimentação.

De acordo com a justificativa da Diretoria Municipal de Serviços Públicos, a intervenção atende à necessidade de conservar e recuperar a sinalização das ruas. A empresa contratada terá prazo de até 60 dias para executar os serviços, contados a partir da emissão da ordem de serviço. A abertura da disputa está marcada para 13 de novembro, às 8h30.

O segundo procedimento é uma contratação por dispensa de licitação, com valor estimado de R$ 41.199,96, destinada à prestação de serviços de treinamento esportivo nas modalidades de futsal e atletismo. A proposta prevê atendimento durante 12 meses, por profissional devidamente habilitado e com registro no CREF (Conselho Regional de Educação Física).

A programação estabelece carga horária de 30 horas semanais, distribuídas em quatro visitas por semana. O profissional também deverá ter disponibilidade para acompanhar crianças e adolescentes em competições esportivas aos finais de semana, quando necessário.

Segundo a justificativa da Diretoria Municipal de Esportes, Cultura e Turismo, a contratação busca assegurar a continuidade dos treinamentos e oferecer orientação técnica aos participantes, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades físicas e motoras. A iniciativa também pretende ampliar as oportunidades de participação dos jovens em atividades e competições, utilizando o esporte como instrumento de integração social, incentivo a hábitos saudáveis e desenvolvimento de disciplina e trabalho em equipe.

Nesse segundo procedimento, o prazo para recebimento das propostas termina em 12 de novembro, com abertura prevista para as 9h30. Os dois processos ainda estão na etapa de seleção das empresas ou profissionais responsáveis pela execução dos serviços, e os valores divulgados correspondem às estimativas das contratações.



Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Pompeia

Rua Rodolfo Lara Campos, 1026 - Fone/Fax: 3452-1202 - e-mail: saae@pompeia.sp.gov.br
C.N.P.J. 44.483.469/0001-02

PORTARIA N.º 18/2026, DE 1 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCÍCIO DE EMPREGO EM COMISSÃO.

ALEXANDRE SANTIAGO DOMINGUES, Superintendente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pompéia - SAAE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

ARTIGO 1.º - Fica nomeado, a partir desta data RUBENS CHICARELLI, CPF 961.524.198-91, para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS DA SUPERINTENDÊNCIA.

ARTIGO 2.º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Pompéia, 1 de outubro de 2026.

ALEXANDRE SANTIAGO DOMINGUES

SUPERINTENDENTE

Registrada em livro próprio e afixada em local público de costume na data supra

Valor da publicação: R$ 81,00.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

Ubirajara muda emissão de notas fiscais para prestadores de serviços

Redação O DIA
editor@odiademarilia.com.br

Prestadores de serviços de Ubirajara precisam utilizar o Emissor Público Nacional para gerar novas NFS-e (Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas). A mudança entrou em vigor em 1º de novembro e encerrou a utilização do sistema municipal para a emissão de novos documentos fiscais. A medida foi estabelecida pelo Decreto Municipal nº 19/2026, publicado em 29 de setembro.

De acordo com o comunicado divulgado pela prefeitura, o sistema municipal permaneceu disponível até 31 de outubro. Desde então, a emissão de novas notas deve ser feita exclusivamente pela plataforma nacional, utilizada para padronizar o registro das operações de prestação de serviços em todo o país.

A alteração exige atenção de profissionais autônomos, empresas prestadoras de serviços, microempreendedores e escritórios de contabilidade, que precisam adequar seus procedimentos ao novo ambiente. A prefeitura também orientou que prestadores e contadores providenciassem, até o encerramento de outubro, os ajustes necessários para utilizar a ferramenta nacional.

O acesso ao emissor pode ser feito pela internet ou pelo aplicativo NFS-e Mobile, com identificação por conta gov.br ou certificado digital. Durante o preenchimento, o contribuinte informa os dados do tomador do serviço, descreve a atividade realizada e registra o valor da operação para gerar o documento fiscal.

Divulgação



O acesso ao emissor pode ser feito pela internet ou pelo aplicativo NFS-e Mobile

A adoção do padrão nacional integra um processo mais amplo de modernização dos documentos fiscais e de padronização das informações tributárias. Para as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, a obrigatoriedade do emissor nacional também passou a valer em 1º de novembro, conforme a Resolução CGSN nº 191/2026.

A mudança não se refere às notas fiscais de venda de mercadorias, mas especificamente aos documentos utilizados para registrar a prestação de serviços.





Lupércio terá testes de PSA em ação do Novembro Azul nos centros de saúde

Redação O DIA
editor@odiademarilia.com.br

Divulgação



Campanha de realização de exame preventivo acontece na terça-feira (17)

Homens com mais de 49 anos poderão realizar testes de PSA (Antígeno Prostático Específico) no dia 17 de novembro, em uma ação promovida pela Prefeitura de Lupércio dentro da programação do Novembro Azul. O atendimento será realizado das 17h às 19h, nos centros de saúde do município e do distrito de Santa Terezinha.

A iniciativa busca ampliar o acesso dos homens aos cuidados preventivos, oferecendo a possibilidade de realizar o exame em horário diferenciado e em dois pontos de atendimento. A proposta é incentivar a população masculina a procurar os serviços de saúde e manter o acompanhamento médico, uma prática que muitas vezes acaba sendo deixada em segundo plano.

O PSA é um exame de sangue que mede a quantidade do antígeno prostático específico, uma proteína produzida pela próstata. Alterações nos níveis podem indicar problemas na glândula, entre eles inflamações, aumento benigno e câncer. Por isso, o resultado precisa ser avaliado por um profissional de saúde e não representa, isoladamente, um diagnóstico da doença.

A ação integra o movimento Novembro Azul, que chama a atenção para a saúde do homem e a importância de romper barreiras que ainda dificultam a procura por atendimento médico. Além da prevenção do câncer de próstata, a campanha estimula o cuidado contínuo, a identificação de possíveis alterações e a busca por orientação diante de sintomas ou dúvidas.

A realização do PSA deve considerar a avaliação individual, com orientação sobre os benefícios e possíveis limitações do exame. A mobilização em Lupércio pretende aproximar esse cuidado dos moradores, tanto na sede do município quanto no distrito.



Valor da publicação: R$ 56,00.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

Banco do Povo oferece crédito de até R$ 21 mil para empreendedores

Redação O DIA
editor@odiademarilia.com.br

Pequenos empreendedores de Ocauçu podem recorrer ao Banco do Povo Paulista para obter financiamento de até R$ 21 mil, com juros a partir de 0,35% ao mês e prazo de pagamento de até 36 meses. A linha de microcrédito é divulgada no portal da prefeitura e tem como objetivo facilitar o acesso a recursos para quem pretende investir, manter ou ampliar uma atividade econômica.

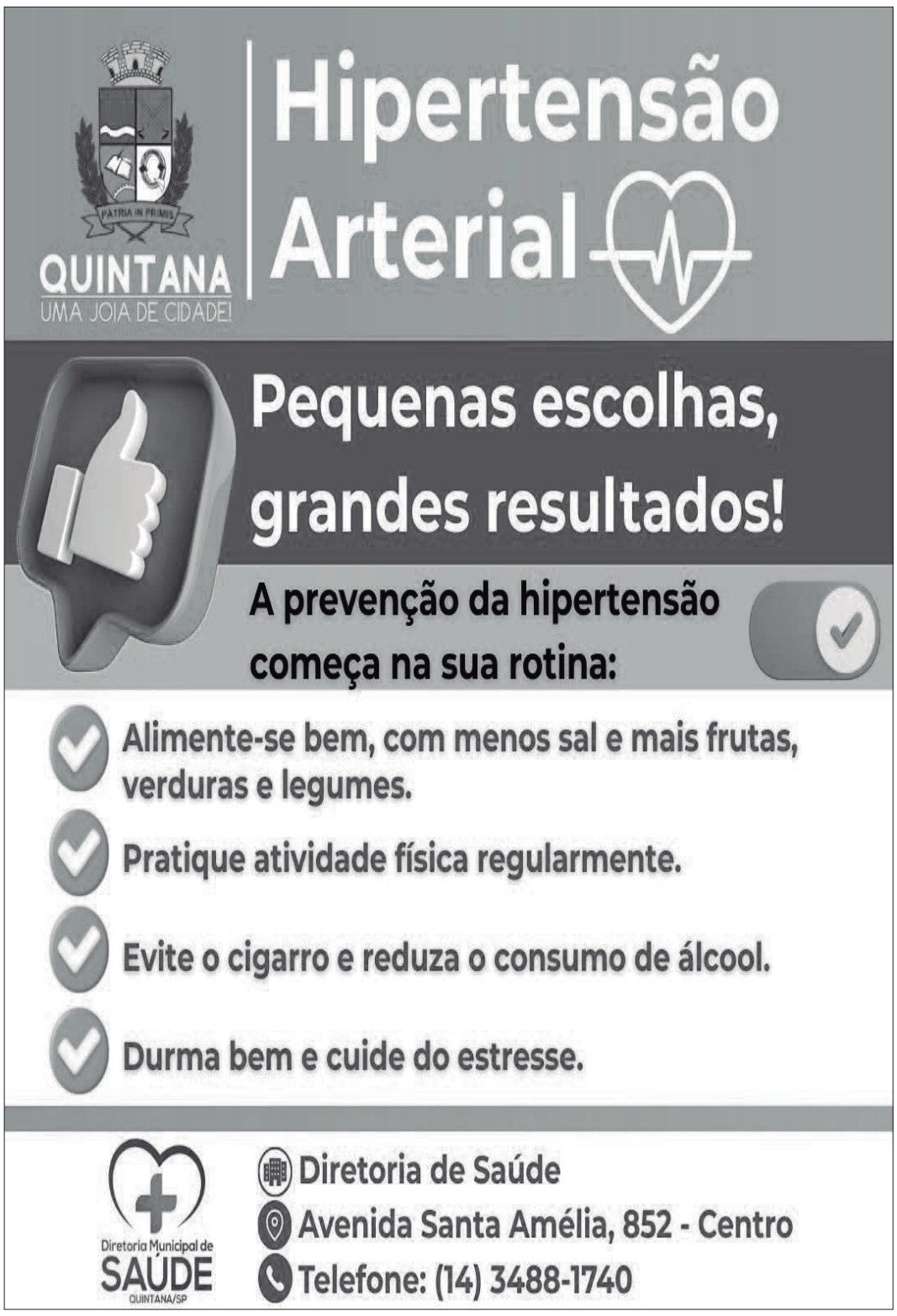
O programa, desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo em parceria com os municípios, atende empreendedores formais e informais. Os valores disponíveis variam de R$ 200 a R$ 21 mil, conforme a modalidade de crédito e a análise da solicitação. Para os empreendedores formalizados, incluindo MEIs (Microempreendedores Individuais), as taxas começam em 0,35% ao mês. Já para trabalhadores informais, os juros partem de 0,8% ao mês.

O financiamento pode ser utilizado para capital de giro ou investimentos no negócio, como compra de mercadorias, matérias-primas, máquinas, ferramentas e equipamentos, além de ações de divulgação. O prazo de pagamento varia de 24 a 36 meses, com possibilidade de carência de 60 a 90 dias, conforme a linha contratada.

Para solicitar o crédito, é necessário desenvolver atividade produtiva no município, não possuir restrições cadastrais no Serasa ou no Cadin Estadual e apresentar certificado de conclusão de curso gratuito de qualificação empreendedora, oferecido pelo Qualifica SP ou pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). A documentação inclui dados pessoais e da empresa, além de informações sobre a finalidade do financiamento.

Em Ocauçu, o atendimento do Banco do Povo funciona na Avenida Celeste Casagrande, 204, no Centro. Os interessados podem obter informações pelo telefone (14) 3475-1204 ou pelo e-mail ocaucu@bancodopovo.sp.gov.br. A concessão dos recursos está sujeita à análise e aprovação do pedido.





O DIA

Vicente Giroto (diretor-geral)

Departamento Digital
comercial@odiademarilia.com.br

Samantha Ciuffa (Editora)
editor@odiademarilia.com.br

Artigos assinados não representam a opinião do jornal.
O DIA - Av. Salvador Cordeiro, 305 - Marília-SP
Contato: (14) 99893-9665.
Assinatura anual: Marília - R$720,00
Região de Marília: R$860,00

Circulação: Alvinlândia, Herculândia, Gália, Lupércio, Marília, Ocauçu, Oriente, Pompeia, Queiroz, Quintana, Ubirajara, Vera Cruz e Oscar Bressane.

Investimento no Aeroporto de Marília é de aproximadamente R$ 10 milhões

Redação O DIA
editor@odiademarilia.com.br

A Prefeitura de Marília, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, destaca a importância das obras de modernização e ampliação do Aeroporto Estadual de Marília, iniciadas em agosto de 2026 pela concessionária Voa SE, responsável pela gestão e pelo desenvolvimento de 11 aeroportos no Estado de São Paulo.

As intervenções no Terminal de Passageiros integram o PGI (Plano Geral de Investimentos), previsto no contrato de concessão firmado com o Governo do Estado em 2022, e seguem as diretrizes estabelecidas pela ARTESP (Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo). O investimento total previsto é de R$ 9.877.976,00.

O projeto será desenvolvido em três etapas. A primeira, denominada Fase 0, já está em andamento e contempla o retrofit do terminal, com revitalização interna e externa de toda a estrutura existente. Nesta etapa, serão investidos aproximadamente R$ 2,8 milhões.

Na sequência, a Fase 1 prevê a ampliação de 427 m² na estrutura do terminal, com investimento estimado em R$ 2,3 milhões. Já a Fase 2 contempla uma nova expansão, de mais 1.400 m², com recursos previstos de R$ 4,7 milhões. O início desta última etapa está condicionado à disponibilidade de áreas no entorno do terminal atual.

Para o secretário municipal de Planejamento Urbano, Johnny Mota, os investimentos representam um avanço importante para a estrutura do aeroporto e para o desenvolvimento de Marília. "Investimentos na modernização e ampliação do aeroporto são importantes para fortalecer a estrutura da nossa cidade. Uma estrutura aeroportuária mais moderna e preparada amplia as possibilidades de desenvolvimento, contribui para a mobilidade de passageiros e fortalece Marília como referência regional. É uma melhoria que acompanha o crescimento do município e suas perspectivas para o futuro", destaca o secretário.

Melhorias na estrutura/O conjunto de obras contempla novas fundações e estruturas, instalação de cobertura metálica, adequações nas redes elétricas e hidráulicas, implantação de sistema de proteção contra descargas atmosféricas (para-raios), climatização e exaustão. Também estão previstas melhorias nas redes de dados e voz, com infraestrutura para monitoramento por câmeras (CFTV), além de adequações ao projeto de prevenção e combate a incêndios.

Mesmo durante a execução dos serviços, o Aeroporto Estadual de Marília continuará funcionando normalmente, sem necessidade de cancelamento dos voos. As intervenções representam um investimento significativo, com melhorias estruturais e ampliação da capacidade do terminal, contribuindo para preparar o aeroporto para atender às demandas futuras de Marília e de toda a região.

